

Ivo Barbieri (UERJ)

*O preço da leitura*¹ narra a história da formação do conceito de propriedade literária e do reconhecimento dos direitos do autor sobre o seu texto. Os antecedentes dessa história são rastreados a partir da emergência da figura do autor na cultura ocidental, e, em consequência, da definição e estabilização do conceito de obra literária. Tendo como ponto de referência inicial Cervantes e o seu *Quijote*, o problema, circunscrito à área de Portugal e Brasil, é perseguido em seus meandros históricos, abundantemente documentado através de referências bibliográficas e outras fontes como: cartas, contratos, leis, artigos jornalísticos assim como textos ficcionais e poéticos. Explícitamente nomeado no título do livro, o tema da leitura, mesmo quando não diretamente focado, acompanha, passo a passo, todos os desdobramentos das proposições enunciadas pelas autoras. Na verdade, não me parece possível refazer o percurso das vicissitudes da figura do autor, seguir-lhe os passos desde sua esquiua emergência, interpretar os sinais de sua ascensão e consagração para, depois, identificar os sintomas de seu declínio e prenúncios de morte, sem entrar no universo da escrita e, portanto, sem falar dos meios de comunicação do autor com o público, das dificuldades de acesso ao livro e das ameaças que cercam, hoje, a prática da leitura. *O preço da leitura* trata direta ou indiretamente desses problemas, investigando determinantes históricos, presentes no território brasileiro desde o começo de nossa vida cultural e atuantes até hoje. Primeiro, tivemos aqui o arbítrio do colonizador, proibindo a instalação de oficinas gráficas, de estabelecimentos de ensino superior, e impondo a censura; posteriormente, já no Império, nos deparamos com a fragilidade das instituições políticas e com as limitações do mercado livreiro; durante

¹ Este texto foi originalmente escrito para o debate sobre o livro de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (*O preço da leitura*. São Paulo: Ática, 2001), realizado no Grupo de Trabalho de História da Literatura, no XVII Encontro Nacional da ANPOLL, em 26 de junho de 2002.

as primeiras décadas da República, a precariedade do aparato cultural se manifesta na insuficiência da rede de comunicações, baixos índices de alfabetização, tiragens pequenas dos livros publicados com a agravante de sua impressão ser feita no exterior, e ainda escassez de bibliotecas e pobreza de seus acervos, não obstante terem sido consideráveis os do Gabinete Português de Leitura e da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Escoado um século desde a conformação legal da propriedade literária, verifica-se que, embora a indústria e o mercado do livro, o universo de leitores e o aparato cultural tenham-se expandido consideravelmente, a sombra e até o corpo das insuficiências de origem ainda persistem. Número revelador parece-me o da tiragem de títulos de ficção que, ressalvados os fenômenos de mercado e alguns nomes tornados objeto de consumo de massa, continua sendo hoje o mesmo do tempo de Machado de Assis. Eu não tenho certeza se o crescimento no número dos títulos publicados e a compartimentalização de grupos de leitores podem servir de contrapeso ou consolo, pois suponho que a tiragem média das edições de romances ou coletâneas de contos serve de parâmetro para avaliar a extensão do universo de leitores espontâneos de obras literárias no Brasil de hoje. Esse índice é alarmante confrontado com o crescimento contínuo da população ao longo do século passado e as taxas ascendentes de escolaridade desde então. Estagnação também parecem dizer os dados estatísticos referentes ao volume de vendas de exemplares discriminados por categorias temáticas, por meios tradicionais e modernos de circulação e ainda pelo perfil econômico do setor editorial brasileiro durante o período 1992-2000, apresentados em anexo pelas autoras de *O preço da leitura* (p.168-9).

Contrariamente a posições idealistas, Marisa e Regina encaram o livro, na economia capitalista, como objeto material que, resultado de investimento de capital e força de trabalho, transforma-se em mercadoria de consumo posta à venda no mercado. Nessas circunstâncias, em oposição à idéia de que “a arte não tem preço” (p. 122), elas afirmam que o livro tem sim um preço, que é calculado a partir dos custos de sua produção material e do valor estimado de sua produção intelectual. Mas, até alcançar reconhecimento público e conquistar o direito de dispor legalmente da obra por ele produzida,

o escritor é submetido a uma longa corrida de obstáculos, semeada de preconceitos, recusas, mal-entendidos e concessões. Se os primórdios dessa aventura remontam à antiguidade clássica, atravessando a Idade Média, a sua história real começa no início dos tempos modernos, tendo-se completado com sucesso, na Europa, só em meados do século XIX. Marisa e Regina estudam etapas e formas de resistência à remuneração do trabalho do poeta sobretudo a partir do Romantismo. O preconceito, porém, vem de bem mais longe. A primeira notícia que se tem, no ocidente, vem da Grécia arcaica. Segundo Detienne, teria sido Simônides de Céos (século XV a.C.) o primeiro a fazer da poesia um ofício, compondo poemas por uma quantia de dinheiro. Píndaro protesta, afetando indignação virtuosa: “os doces cantos de Terpsícore, os cantos suaves, as cantigas de ninar estão à venda”. Qualificado de homem ávido pelos companheiros, a cobiça de Simônides torna-se lugar comum na tradição do ocidente. (DETIENNE, 1981, p. 56). Clichê do Romantismo, a imagem da musa venal, da “pena mercenária” (VARELA, 78) moralmente condenável, dá força à figura do poeta mendigo, ser de exceção posto à margem da sociedade produtiva e vivendo de esmola. Marisa e Regina documentam fartamente o surgimento, consolidação e demolição deste que elas denominam “um dos mitos da tradição literária ocidental”. Curiosa ou paradoxalmente são os mesmos poetas românticos que promovem e derrubam “o tabu relativo à remuneração do poeta” (79) em Portugal e no Brasil, como se pode verificar nas citações tiradas de Garrett, Herculano, Fagundes Varela, Alvares de Azevedo e Castro Alves. Quando insere num poema o verso: “Não quero inspirações – quero dinheiro.” – Varela está conectado à outra vertente desta mesma tradição, a que, derivando de Simônides, emerge no *Quijote*, na fala do tradutor de *Le bagatelle* que declara: “*Yo no imprimo mis libros para alcanzar fama en el mundo, que ya en él soy conocido por mis obras, provecho quiero, que sin él no vale un cuatrín la buena fama*” (CERVANTES, 1998, p. 1145). Chartier, que cita a passagem, observa: “A posição entre *fama* e *provecho* era corriqueira na vida literária na Espanha do Século de Ouro [...], o que evidencia “um primeiro estágio no processo de profissionalização da escrita”. (CHARTIER, 2002, p. 46)

A quebra do tabu e a derrubada do mito abrem caminho para a discussão do conceito de propriedade literária e para o avanço da legislação que define os direitos do autor sobre sua obra. No entanto, são necessários anos de luta e rios de polêmica para ultrapassar todas as barreiras. A discussão travada em Portugal, em pleno XIX, expõe o dilema: como traduzir em termos materiais o valor do trabalho intelectual sem nivelar a criação artística com qualquer outro produto comercializado? Aquele, ironiza Herculano, não pode ser comparado a “alguns sacos de trigo ou ao côvado de chita produzido pelo tear do operário fabril”, contestando Garrett, que era defensor incansável da propriedade intelectual. A rigidez das posições gerava impasse. No entanto, a chave para o desatamento do nó já tinha sido apontada na distinção de sutileza escolástica: a propriedade literária não é algo inerente ao objeto livro, “mas, um direito pertinente à pessoa do autor” (p. 127). No Brasil da década final do XIX, esta posição assume perfil de modernidade, graças à intervenção de Pardal Mallet, um intrépido jornalista gaúcho que, substituindo a expressão *propriedade literária* pela de *direitos autorais*, confere ao autor o papel principal na produção da obra tornando-se, por isso, necessário “reconhecer-lhe e consagrar-lhe os direitos.”(p. 136-7) Paralelo ao debate jornalístico, o poder legislativo vai dando forma legal às reivindicações do escritor pautadas pela polêmica. Com avanços sucessivos, lentos e graduais, chega-se, afinal, à consagração da idéia de que o autor é o único e legítimo responsável pelo teor dos textos publicados, ao mesmo tempo que se estabiliza, “consagra e congela o conceito de obra enquanto produto unitário e singular”.(p. 148) Concluem as autoras: “É esta, afinal, a noção de obra literária de que a Teoria da Literatura se ocupa, que a Crítica Literária julga, e a História da Literatura registra.”(p. 148). Definição problemática se considerarmos que indagações críticas contestam a noção de obra congelada num texto unitário, singular e estável. Primeiro, a elaboração do texto se nos afigura hoje como tarefa sem fim, de que dão testemunho as revisões do autor, enquanto vivo, constantes nas sucessivas edições de seus escritos. Morto o autor, o trabalho passa às mãos dos filólogos que, mesmo aplicando com rigor todo o aparato técnico da crítica textual ao exame das variantes, deixam, muitas vezes, margens a dúvidas e a hipóteses alternativas às soluções adotadas. Esta é também a lição da ecdótica:

A edição crítica de uma obra não significa que esta obra esteja definitivamente canonizada. Qualquer edição crítica representa, sempre, uma tentativa de restauração de um texto, provisoriamente definitiva enquanto não surjam outras, naturalmente baseadas em novos achados ou em diferentes perspectivas metodológicas, que possam lançar novas luzes sobre o original. (SPINA,1977, p. 127)

Segundo: há que considerar os modos de recepção da obra no tempo. Sendo que, dada a complexidade de sua linguagem, nenhum texto literário se entrega por inteiro às primeiras leituras. Novas facetas vão se revelando no decurso do tempo, à medida que recepções distintas atualizam virtualidades latentes. Haveria ainda a considerar a dimensão interdiscursiva que, abalando a noção de discurso monolítico e acabado em si mesmo, abre-o à porosidade dialógica tornando-o espaço de múltiplas interlocuções. A obra “não incarna mais a palavra singular, e o sujeito que se esperava reconhecer ali esgueira-se numa superposição de vozes.” (RIGOLI, 2001, p. 512). A noção de plágio, por sua vez, que, contemporânea ao debate da propriedade literária e à emergência da figura do autor, entra em cena com o sentido estrito de roubo nas décadas de 1810 a 1830, fica agora mais problemática. Com a perda da titularidade absoluta do autor sobre seus escritos e com a quebra da aura da obra cuja unicidade e sacralidade são violadas através de procedimentos intertextuais, como a paródia, a montagem, a colagem, o pastiche etc., o conceito de propriedade literária se dispersa e a caracterização do plagiário fica mais fugidia. Essas e outras considerações prestam-se a identificar concepções divergentes de obra, sendo que as pressupostas pela Crítica e pela Teoria não se deixam reduzir à noção consagrada pela legislação que dispõe sobre direitos autorais. Entende-se: simplificações necessárias à aplicabilidade de propósitos pragmáticos são impotentes para deter a voracidade da indagação crítica.

Este debate interessa ainda aos estudiosos na medida em que põe em questão conceitos distintos praticados dentro do próprio campo da literatura. Concepções idealistas tradicionalmente opuseram-se ao princípio da propriedade, já que esta entraria em contradição com a idéia de que os produtos do espírito, entidades abstratas, não podem ser dimensionadas quantitativamente. Cava-se assim um

abismo entre o conteúdo da obra e o seu suporte material, valorizando aquele e desdenhando a este. Tal dicotomia entre corpo e espírito, essência e aparência, unidade e multiplicidade, na visão zombeteira de Machado de Assis, é coisa de louco, assentada na lógica do raciocínio delirante. Embora familiar aos que me ouvem, escutemos mais uma vez a voz do “filósofo” Quincas Borba expondo ao discípulo Rubião o princípio uno e imutável de *humanitas*. “Vês este livro? É *Dom Quixote*. Se eu destruir o meu exemplar, não elimino a obra que continua eterna nos exemplares subsistentes e nas edições posteriores. Eterna e bela, belamente eterna, como este mundo divino e supradivino.” (ASSIS, Machado de., *Quincas Borba*, VI, p. 25). Para o idealismo interessa a sublimidade estética da obra de arte que nega qualquer valor ao suporte material que lhe dá existência concreta. Da negação radical à admissão de uma relação de exterioridade entre conteúdo intelectual e sua objetivação em texto escrito dá-se, contudo, um passo importante. De acordo com esse ponto de vista, o livro seria um objeto bifronte: *opus mechanicus* de um lado, discurso do autor, do outro. O ponto de convergência apontado pelas autoras, verificar-se-ia no tripé: autor/propriedade/valor, triangulação que se propõe a tratar o livro como objeto unitário, dotado de três faces reciprocamente implicadas. Assumindo o imbricamento dos termos (p. 21), as autoras denunciam a sua ambigüidade. Assim como o termo *valor* tanto pode revestir significado estético quanto conteúdo econômico que, traduzido em medida monetária, transforma o objeto em mercadoria, a figura do autor também encerra ambigüidade, pois tanto pode designar o senhor absoluto dos textos que produz quanto uma função agenciadora de textos, partilhada com outras funções historicamente mutáveis, como a do copista que, de escriba, metamorfoseia-se em datilógrafo, digitador, linotipista, tipógrafo, assim como as de tradutor, ilustrador, capista, editor, impressor, livreiro, encadernador etc.

Juan Rigoli chama a atenção para outra ambigüidade ao registrar a coincidência no mesmo momento histórico da explosão da literatura intimista com o movimento público da propriedade literária (RIGOLI, 2001, p. 152), isto é, a concomitância da explicitação social do sujeito e da reivindicação de direitos acerca daquilo que do sujeito emana. Se, por um lado, essa coincidência evidencia um acen-

tuado fortalecimento de autonomia do eu, por outro, expõe a ambigüidade “face à aparição de um direito reclamado em nome de consequências financeiras que trazem a “contrafação” e o “roubo literário”, mas que implica igualmente, tanto no plano simbólico quanto no jurídico, a submissão do eu à obra de linguagem de que ele se declara autor”. (ibi, 576). Ambigüidade que não deixa de contaminar a marcha da profissionalização do escritor. A observação de que, entre nós, a atividade literária se dá mais no tempo do lazer do que no tempo do trabalho, aproxima autores tão distantes um do outro como Joaquim Norberto e Mário de Andrade. Em 1859 dizia o primeiro: “É árdua a tarefa do escritor entre nós; não é uma profissão, é um mero passatempo; são horas roubadas ao repouso, ao necessário ócio, ao recreio, que se sacrificam ao estudo, às pesquisas, às indagações históricas [...]” (SILVA, 2002, p. 59). Quase um século depois, precisamente em 1940, o autor de *Macunaíma* declarava seu desinteresse em se profissionalizar como escritor: “Mas não sou profissional de livros. Quero dizer, nunca pretendi viver dos meus livros. Venho de uma época em que escrever livros de ficção ainda não era profissão no Brasil.” (Apud LAJOLO e ZILBERMAN, 2001, p. 87). Se Herculano, ao rejeitar o nivelamento da obra literária com o de qualquer outra mercadoria, estava rejeitando a promiscuidade entre objetos díspares, Norberto e Mário, ao constatar que a atividade do escritor no Brasil, entre meados do XIX e do XX, invadia o espaço do ócio, do “passatempo” (“lazer”, diríamos hoje), estavam verbalizando a resistência da sociedade a que pertenciam em admitir como profissão a produção de textos ficcionais ou poéticos. Segundo esse ponto de vista, o livro, ainda que pudesse entrar no mercado, não consentiria em renunciar a certo *status* que o diferencia dos demais produtos. Referindo-se ao contexto francês do XIX, bastante diferente do nosso, BOURDIEU afirma que a “profissão” de escritor ou de artista, ocupando *lugares incertos* no espaço social, é uma “profissão que não é uma profissão” (p. 256), sendo uma das menos codificadas que existem; “uma das menos capazes de definir (e de alimentar) completamente aqueles que dela se valem e que, com muita frequência, só podem assumir a função que consideram como principal com a condição de ter uma profissão secundária da qual tiram seu rendimento principal.” (BOURDIEU, 1996, p. 256-257). Tal ambigüidade parece

ser fenômeno geral e constante entre nós, confirmado, na prática, por autores consagrados como Machado de Assis – romancista, poeta, contista, cronista e funcionário público ou Drummond que, sendo poeta, tirava sustento da profissão de burocrata aposentado e de jornalista; João Cabral era diplomata; dentre os vivos, o poeta Ferreira Gullar é jornalista; o romancista e contista Rubem Fonseca, funcionário aposentado da Light; Rubens Figueiredo (para nomear apenas um dos novos) concilia as atividades de ficcionista e tradutor com as de professor de ensino médio da rede oficial do Estado do Rio de Janeiro. Nós aqui, escribas inveterados, quando perguntados, formal ou informalmente, a respeito de nossa profissão, invariavelmente respondemos que somos professores. E mais: seria considerado presunçoso ou esnobe aquele que se declarasse poeta ou romancista, títulos correntes em textos de jornais, revistas ou suplementos literários, e abusivamente esbanjados em sessões acadêmicas e rituais de exposição de jovens autores à cata de reconhecimento público senão de consagração precoce.

Marisa e Regina, vinculando ao contexto noções e transformações conceituais, vão laboriosamente deslindando, numa exposição quase didática, a trama de meandros e atalhos que irão desaguar numa configuração histórica e socialmente determinada de obra e propriedade literária. *O preço da leitura* constrói assim uma interessante narrativa que torna agradável a recepção de uma carga enorme de informações, transitando facilmente do estrato do dado preciso para o plano do debate teórico. Nossas autoras não perdem a oportunidade de chamar a atenção de seus colegas acadêmicos para as repercussões no campo dos estudos literários da idéia de cisão da obra em dois planos antagônicos: a) o de sua materialidade de objeto industrializado, sujeito às leis do mercado; e b) o de sua imponderabilidade de fato estético, objeto de apreciação e fruição subjetiva. Criticam igualmente as histórias da literatura que, privilegiando o conhecimento de autores e obras, apagam as marcas de seu condicionamento econômico e mercadológico (p. 166), da mesma forma que denunciam o idealismo de teorias da Literatura que, ignorando a condição do escritor enquanto profissional da escrita (p. 167), reforçam a idéia da excepcionalidade do artista, mitificado na figura do gênio capaz de dar origem a criações autônomas e auto-suficientes.

Contraposta à idéia de que a arte não tem preço (p. 122), demonstram, através das vicissitudes históricas por que passa a figura do autor e das condições que determinam a conformação da obra literária, bem como das situações que a contextualizam, que a produção, circulação e consumo do livro custa dinheiro e que a leitura tem sim um preço.

Presente, mesmo quando não explicitamente tratada, a prática da leitura defronta-se com problemas nos dias que correm. A concorrência de outros meios de comunicação mais a fragilidade dos estímulos acionados pela escola e ainda o desinteresse geral pelo problema indicam um quadro de crise, que não é exclusividade nossa. Roger Chartier não hesita em afirmar que “constatações feitas a partir das políticas editoriais reforçam a certeza da “crise” da leitura nos “[d]ois lados do Atlântico”. (CHARTIER, 2002, p. 103}, acrescentando que “pesquisas estatísticas atestam recuos na década de 1990 do número global de volumes vendidos ainda que acompanhados do crescimento do número de títulos publicados (*idem, ibidem.*, p. 104). A checagem com dados fornecidos por outros indicadores, como a percentagem de livros lidos por habitante ou o baixo desempenho de nossos estudantes em testes de leitura como o verificado em recente pesquisa do INEP, certamente adicionaria à crise ingredientes preocupantes. Poderíamos apontar ainda para outro fato, que me parece sintoma revelador da crise: a frequência com que ultimamente se publicam livros sobre o tema da leitura. Felizmente essa parece ser a face positiva do problema, pois indica tomada de posição e decisão de encará-lo de frente e de maneira crítica. *O preço da leitura* é, com certeza, mais um estímulo à tomada de consciência da situação e uma contribuição importante ao debate, enriquecendo-o com argumentos novos, decorrentes da abordagem do problema por um ângulo inédito entre nós: o da definição e consolidação da propriedade literária formalizada esta em dispositivos legais que estabelecem o reconhecimento público dos direitos do escritor.

Ressonâncias do tema não se extinguem com a leitura da última página do livro cujo título sugere outras extensões. Obviamente que *O preço da leitura* não se restringe ao preço de capa registrado nos catálogos das editoras e exposto nas vitrines das livrarias. A este preço, que corresponde aos custos de produção, distribuição e

venda do livro, devemos acrescentar os recursos financeiros investidos na manutenção, melhoria e ampliação da rede de bibliotecas e seus acervos, bem como os aplicados na universalização do ensino fundamental, na recuperação dos níveis do ensino médio e na manutenção dos cursos qualificados de graduação e de pós-graduação universitária. Tendo presentes essas extensões do tema, poderíamos ousar pedir às autoras um novo apêndice, capítulo ou volume relativo a agências e atores empenhados na valorização cultural do escritor, na recepção qualificada das obras literárias e na capacitação do público leitor. Além das páginas dedicadas às associações dos homens de letras e à Academia Brasileira de Letras, caberia lembrar o papel dos cursos de letras, desde a sua criação e instalação há cerca de oito décadas atrás até nossos dias. Tal apêndice, por certo, mostraria aspectos relevantes no tocante ao reconhecimento do escritor e à valorização do escrito, relativamente à expansão do universo e alteração do perfil social dos leitores, à difusão de práticas saudáveis de leitura etc. etc. Mas pensando melhor, esse capítulo talvez fosse impertinente ao teor de *O preço da leitura*, dado que o descaso público em relação à qualidade do ensino, a penúria das instalações escolares, o descuido a que são relegadas bibliotecas e acervos bibliográficos, e mais a conformidade em relação à situação social e condições de trabalho do professor demonstram o não-apreço pelo valor da leitura por parte de nossas autoridades, que nem parecem desconfiar do valor do livro tanto no processo educativo quanto no cultural. Nós que, por dever de ofício, conhecemos estas coisas, sabemos também o alto preço que a sociedade brasileira terá de pagar por tanto despreço. Mas este é outro assunto e efetivamente não está nos propósitos do livro de Marisa Lajolo e Regina Zilberman. A elas, mestras na arte de ler e escrever, agradecemos mais esta valiosa contribuição que, estamos certos, veio para estimular e fecundar o nosso trabalho de leitores amantes da boa leitura, e empenhados na difusão de seus benefícios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Cultrix, 1960.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CERVANTES, Miguel de. *Don Quixote de la Mancha*. Barcelona: Instituto Cervantes-Crítica, 1998.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução: Fulvia M.L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.
- DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Tradução: Andréa Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura*. São Paulo: Ática, 2001.
- RIGOLI, Juan. *Lire le délire – Aliénation, rhétorique et littérature en France au XIX^e siècle*. Paris: Fayard, 2001.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da Literatura Brasileira e outros ensaios*. Org. Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Zé Mário Editor, 2002.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix, 1977.